

BC fez ressalvas à emissão de títulos

ANGÉLICA WIEDERHECKER

BRASÍLIA — O Senado aprovou, em 1995 e 1996, 50% dos pedidos de estados e municípios para emissão de títulos para pagamento de precatórios, contrariando parecer técnico do Banco Central (BC). Todos os pareceres sobre os 10 pedidos aprovados pelos senadores nesse período continham ressalvas à operação pleiteada, sendo que cinco deles recomendavam que o lançamento dos títulos não fosse autorizado.

A informação foi dada ontem pelo diretor do Banco Central, Paulo Zaghen, em depoimento à CPI do Senado que investiga a emissão de títulos públicos pelos estados e municípios. Zaghen é o diretor do BC encarregado de renegociar as dívidas dos estados.

A informação causou desconforto no plenário da comissão. Vários senadores pretendiam mostrar que boa parte da responsabilidade pela falta de controle sobre a emissão desses títulos cabe ao BC. O diretor de Política Monetária do BC, Francisco Lopes, ressaltou que o Senado é soberano ao decidir sobre a emissão de títulos, ao lembrar que o Banco Central apenas opina sobre as operações.

As operações de endividamento dos estados por meio de precatórios é prejudicial ao Plano Real. De acordo com Chico Lopes, os estados e municípios acumularam um déficit primário (excluídas as despesas financeiras) de R\$ 5 bilhões, entre outubro de 1995 a setembro de 1996.